ISSN 1984-4891
OBSERVATORIUM
REVISTA ELETRÔNICA DE GEOGRAFIA

# ESPAÇO PÚBLICO E POLÍTICAS PÚBLICAS: uma abordagem sobre Praça Mário Natal Guimarães em Ituiutaba (MG)

PUBLIC SPACE AND PUBLIC POLICIES: An Approach to Mário Natal Guimarães Square in Ituiutaba (MG)

**Adriana Alves dos Santos Costa**[1]
**Carlos Roberto Loboda**[2]

**RESUMO**
O espaço público urbano apresenta dimensões físicas, sociais, políticas e simbólicas que se articulam nas práticas cotidianas. Este artigo tem como objetivo discutir a relação entre produção e apropriação do espaço público e políticas públicas, considerando o lazer, a gestão dos equipamentos urbanos e as condições de acesso e permanência. A discussão está fundamentada na revisão teórica e conceitual narrativa, consulta a documentos institucionais e dados secundários, utilizando a Praça Mário Natal Guimarães, em Ituiutaba (MG), como referência empírica. São mobilizadas contribuições sobre dominação e apropriação, acessibilidade, cidadania e análise de políticas públicas, em diálogo com estudos realizados em outras cidades brasileiras. A reflexão indica que a instalação de equipamentos, embora importante, não garante sua utilização coletiva nem o acesso de diferentes grupos sociais. A continuidade da manutenção, a articulação entre serviços, a participação da população e a atenção às barreiras físicas e sociais constituem dimensões relevantes da ação pública. Conclui-se que compreender a praça como espaço de cidadania, exige relacionar sua materialidade às práticas cotidianas dos usuários e às decisões que organizam sua utilização, sem reduzir a política pública à realização de obras, mas sim, considerar a multifuncionalidade de usos do espaço público na cidade contemporânea.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço público; Políticas públicas; Apropriação; Lazer; Cidadania.

[1] Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal (PPGEP), do Instituto de Ciência Humanas do Pontal (ICHPO) na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: adriana.costa@ufu.br

[2] Professor do curso de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal (PPGEP), Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: loboda@ufu.br

**ABSTRACT**

Urban public space has physical, social, political and symbolic dimensions that are intertwined in everyday practices. This article aims to discuss the relationship between the production and appropriation of public space and public policies, considering leisure, the management of urban facilities, and conditions of access and continued presence. The discussion is based on a narrative theoretical and conceptual review, institutional documents and secondary data, using Mário Natal Guimarães Square in Ituiutaba, Minas Gerais, Brazil, as an empirical reference. It draws on contributions concerning domination and appropriation, accessibility, citizenship and public policy analysis, in dialogue with studies conducted in other Brazilian cities. The discussion indicates that installing facilities, although important, does not guarantee collective use or access for different social groups. Continued maintenance, coordination between services, public participation and attention to physical and social barriers are relevant dimensions of public action. The article concludes that understanding the square as a space of citizenship requires relating its material features to users' everyday practices and to the decisions that organize its use. Public policy must therefore be considered beyond construction projects, taking into account the multifunctional uses of public space in the contemporary city.

**KEYWORDS:** Public space; Public policies; Appropriation; Leisure; Citizenship.

## INTRODUÇÃO

O espaço público urbano é produzido por ações sociais, políticas e econômicas, considerando também seu processo de apropriação e utilização (Gomes, 2002; Narciso, 2009; Sobarzo, 2006 e Serpa 2007). As ruas, parques, praças e demais espaços públicos de uma cidade possuem dimensões físicas, funcionais, sociais e políticas e podem ser entendidos como locais de manifestação de diferentes interesses, opiniões e conflitos (Serpa 2004; Loboda 2008). As praças, por exemplo, possuem uma dimensão simbólica que vai além de sua dimensão material. No entanto, as políticas públicas e os projetos de intervenção podem afetar diretamente as possibilidades de uso e apropriação desses espaços pela comunidade.

Partindo desse entendimento, não é suficiente considerar uma praça apenas pelo conjunto de equipamentos instalados. A existência de quadras, bancos, áreas arborizadas, biblioteca ou espaços culturais amplia as possibilidades de utilização, mas não permite afirmar, por si só, que essas possibilidades são igualmente acessíveis ao conjunto da comunidade local. Entre o espaço planejado e o "espaço vivido" (Lefebvre 2001) estão as condições de deslocamento, os horários disponíveis, a conservação da infraestrutura e as relações estabelecidas entre os usuários. Por isso, discutir o espaço público também significa discutir as decisões que orientam sua produção e seu funcionamento.

A questão que orienta este manuscrito é como as políticas públicas se relacionam com a apropriação cotidiana dos espaços públicos urbanos, para além da implantação de equipamentos. O objetivo principal é discutir essa relação, considerando o lazer, a gestão e as condições de acesso e permanência. A Praça Mário Natal Guimarães, localizada no bairro Natal, em Ituiutaba (MG), é utilizada como referência para aproximar a discussão teórica de um espaço conhecido pelas práticas cotidianas.

A definição desse recorte permite compreender que a praça não se resume a uma área física, convencionalmente destinada ao lazer. Ela pode reunir serviços públicos, atividades culturais, trabalho e relações de sociabilidade. A reflexão se concentra, portanto, nos conceitos e nas experiências presentes na literatura, buscando elementos que ajudem a compreender a relação entre ação estatal e utilização cotidiana. Sua contribuição está em aproximar o debate geográfico sobre produção do espaço da discussão sobre a continuidade e o alcance das políticas públicas.

## PERCURSO DA DISCUSSÃO TEÓRICA-CONCEITUAL E DOCUMENTAL

A proposição está fundamentada na construção de uma reflexão teórica elaborada com base no estado da arte sobre a temática e consulta documental. A fundamentação teórica-conceitual permeia pela relação e articulação entre os seguinte conceitos e categorias: espaço público, apropriação, políticas públicas, lazer, acessibilidade e cidadania. Foram consideradas contribuições conceituais e pesquisas que permitem discutir a gestão e a desigualdade no acesso aos espaços públicos.

A base conceitual reúne referências basilares como Sobarzo (2006), Narciso (2009), Serpa (2004), Santos (2007), Souza (2006) e Gomes (2002). Os estudos de Tschoke et al. (2011), em Curitiba (PR), e de Pereira e Bovo (2026), em Umuarama (PR), são considerados como experiências externas que ajudam a discutir a apropriação e o lazer. Também foram consultados o Estatuto da Cidade, a Lei Brasileira de Inclusão, informações do Ministério da Cultura sobre os CEUs das Artes e informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os estudos realizados em outras cidades contribuem como referências para a discussão teórica, respeitando-se seus contextos e recortes específicos.

As fotografias registradas na Praça Mário Natal Guimarães possuem caráter ilustrativo e permitem observar aspectos materiais do local e algumas das práticas cotidianas. A análise concentra-se em fontes bibliográficas, documentos institucionais e registros fotográficos. Enfim, um ensaio que visa contribuir com as discussões sobre a noção do espaço público na cidade contemporânea, entendendo a praça pública como local das possibilidades, das práticas cotidianas, da sociabilidade urbana.

## ESPAÇO PÚBLICO E RELAÇÕES ENTRE DOMINAÇÃO E APROPRIAÇÃO

O espaço público apresenta características materiais, como infraestrutura, mobiliário, equipamentos e organização, mas sua existência social ultrapassa essas características. Um banco pode ser utilizado para descansar, conversar ou acompanhar uma atividade, enquanto uma quadra pode receber uma prática esportiva ou um encontro coletivo. Essas possibilidades não retiram a importância do projeto e da estrutura física. Elas indicam que o significado de cada elemento se relaciona com aquilo que os sujeitos fazem e com as condições em que podem utilizá-lo cotidianamente.

Sobarzo (2006) propõe compreender a produção do espaço público pela relação entre dominação política, acumulação de capital e realização da vida humana. A dominação remete às ações do poder político e dos grupos que participam da organização do espaço. A apropriação se relaciona com as práticas cotidianas, mediante as quais os usuários vivenciam o lugar e constroem relações de identidade e pertencimento. Essa leitura permite considerar tanto as decisões que organizam o espaço quanto as formas pelas quais ele passa a integrar a vida dos habitantes.

A partir dessa relação, uma praça pode ser planejada, construída, regulamentada e administrada pelo poder público, mas sua utilização não se esgota nessas ações. Caminhar, conversar, brincar, praticar esportes, descansar, participar de eventos ou simplesmente permanecer são práticas que atribuem sentidos ao lugar. O espaço projetado não corresponde necessariamente ao espaço efetivamente vivido. Essa diferença pode indicar novas possibilidades de uso, mas também dificuldades que o planejamento não considerou.

Dominação e apropriação constituem dimensões relacionadas da produção do espaço (Sobarzo, 2006). Uma decisão administrativa pode criar condições para uma atividade coletiva ou restringir determinadas formas de presença. Os usuários, por sua vez, podem utilizar os equipamentos de maneiras previstas ou atribuir a eles outros sentidos. Nesse caso, interessa compreender como as decisões e as práticas se relacionam, reconhecendo tanto a atuação do Estado quanto as diferentes formas de ocupação e seus efeitos sobre o acesso democrático.

Narciso (2009) discute o espaço público articulando sua dimensão urbana à ação política e às práticas de apropriação. A autora contribui para compreender que a condição pública de um lugar envolve relações sociais e significados que ultrapassam sua forma física. Nesse sentido, a praça pode ser considerada um lugar de convivência e de expressão, no qual a relação entre usuário e espaço participa da construção de vínculos e da atribuição de sentidos ao cotidiano urbano.

A partir dessas contribuições, a diversidade de funções constitui uma questão importante para a análise das praças, como enfatiza Loboda (2008), sobre a multifuncionalidade do espaço público na cidade contemporânea. A convivência entre lazer, circulação e serviços públicos pode ampliar a presença de diferentes sujeitos. No entanto, essa diversidade também exige acordos sobre horários, ruídos, uso dos equipamentos e disponibilidade dos espaços. O conflito não significa

necessariamente que a praça deixou de cumprir sua função pública. Pode revelar interesses distintos que precisam ser reconhecidos pela gestão.

Por isso, a apropriação não pode ser avaliada somente pela quantidade de pessoas presentes. É necessário considerar se diferentes práticas encontram condições de realização e se a permanência de um grupo dificulta ou favorece a de outros, ou seja, as situações de conflitos e das diferenças. Uma praça muito movimentada em um evento, pode apresentar outras condições nos dias comuns. Da mesma forma, um espaço aparentemente pouco utilizado em determinado horário pode integrar rotinas que não são visíveis naquele momento. Essa atenção evita reduzir a vida pública a uma imagem isolada do lugar. Pois o espaço público é também o local das possibilidades, das identidades e da transformação (Loboda 2009).

## POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Partindo do princípio de que políticas públicas envolvem ações, recursos e decisões para enfrentar problemas públicos, sua discussão não pode ficar restrita à inauguração de um equipamento. Souza (2006) apresenta diferentes conceitos e modelos de análise e evidencia a importância das instituições, dos interesses e dos atores envolvidos nas decisões. A política pública reúne aquilo que se pretende realizar e as condições pelas quais essa intenção se transforma em ação, com efeitos sobre a sociedade.

O diagnóstico, o planejamento, a implementação e a avaliação ajudam a organizar a análise das políticas, mas não devem ser tratados como etapas que sempre ocorrem em sequência rígida. A revisão de Souza (2006) permite reconhecer que decisões e ajustes se desenvolvem em processos atravessados por disputas e regras institucionais. No caso dos espaços públicos, novas demandas podem surgir durante o funcionamento, exigindo rever horários, serviços e prioridades de manutenção.

O Estatuto da Cidade estabelece, entre suas diretrizes, o direito ao lazer, à infraestrutura, ao transporte e aos serviços públicos, a gestão democrática e a oferta de equipamentos adequados às necessidades da população e às características locais (Brasil, 2001, art. 2º). Essa orientação aproxima a política urbana das condições concretas de utilização da cidade. A praça deve ser considerada em relação ao bairro,

aos caminhos que levam até ela e aos demais serviços que participam do cotidiano dos habitantes.

Nesse sentido, instalar equipamentos responde a uma parte da necessidade, mas sua continuidade envolve outras decisões. Uma quadra demanda conservação do piso, iluminação e condições de uso. Uma biblioteca precisa de atendimento, organização e horários que possibilitem o acesso. As atividades culturais dependem de espaços disponíveis e de pessoas que viabilizem sua realização. A obra e o funcionamento possuem necessidades diferentes, que precisam ser consideradas em conjunto para que o investimento tenha continuidade, potencializando os usos e a sociabilidade.

A manutenção constitui, assim, uma dimensão da própria política pública. Quando o planejamento considera apenas a implantação, pode deixar em segundo plano despesas e responsabilidades que se repetem ao longo do tempo. Limpeza, reparos e substituição de materiais não apresentam a mesma visibilidade de uma inauguração, mas interferem diretamente na possibilidade de utilização. Por isso, a permanência da oferta pública precisa ser discutida também a partir da capacidade de manter o espaço em funcionamento.

Uma referência institucional dessa relação é o programa dos Centros de Artes e Esportes Unificados, os CEUs das Artes. Segundo o Ministério da Cultura, esses equipamentos integram ações culturais, esportivas, de lazer, formação e serviços socioassistenciais em territórios de vulnerabilidade social. A proposta inclui gestão compartilhada entre prefeitura e comunidade, com grupo gestor e planejamento do uso e da programação (Brasil, s.d.b). A presença de diferentes atividades em um mesmo espaço expressa uma intenção de articulação entre políticas e serviços.

Quanto ao custeio, o Ministério da Cultura informa que os municípios assumiram compromisso com a gestão e a manutenção dos espaços após a inauguração (Brasil, 2024). Essa informação ajuda a distinguir o momento da construção da responsabilidade pelo funcionamento cotidiano. O financiamento de uma obra não equivale à garantia de recursos permanentes para todas as atividades. A continuidade depende de decisões locais e da organização das responsabilidades administrativas, em articulação com as demandas locais da comunidade. Como destaca Loboda (2016), é na escala do bairro que ocorrem de forma significativa as relações cotidianas, a solidariedade e, por consequência, a identidade com o local.

O modelo de estatuto do grupo gestor dos CEUs prevê participação do poder público, da comunidade do entorno e da sociedade civil organizada, além de orientação democrática sobre uso e programação (Brasil, s.d.a). Essa composição oferece uma referência para discutir participação social. Entretanto, a previsão institucional de um grupo não comprova, por si só, que todos os segmentos influenciam as decisões. A participação precisa ser considerada também pelas oportunidades de diálogo e pela possibilidade de encaminhar demandas.

A partir dessa proposta, a articulação entre serviços pode ser entendida como algo que ultrapassa sua proximidade física. Cultura, esporte e assistência social podem ocupar o mesmo equipamento e ainda funcionar de maneira pouco integrada. A organização de agendas, a comunicação entre equipes e o conhecimento das demandas do território são questões que ajudam a transformar a reunião de estruturas em uma oferta pública articulada. Isso não significa que todas as atividades devam se tornar iguais, mas que suas relações sejam consideradas.

Também é importante que o acesso à participação não dependa apenas dos grupos que já possuem organização ou maior contato com a administração. Pessoas que utilizam o espaço sem integrar associações podem ter necessidades diferentes e menor facilidade para apresentá-las. Horários de reunião, formas de divulgação e linguagem utilizada interferem nas condições de participação. Ouvir os usuários envolve criar oportunidades para que demandas menos visíveis também sejam reconhecidas.

A avaliação pode contribuir para esse acompanhamento, considerando a oferta de atividades, a regularidade dos serviços, as condições dos equipamentos e as dificuldades relatadas pela população. Esses aspectos oferecem critérios para análises futuras da praça e de outros espaços públicos. Para avaliar uma política, é necessário definir o problema, os objetivos e as informações adequadas a cada situação. O número de eventos realizados, por exemplo, informa sobre uma parte da oferta. Sua interpretação precisa ser relacionada ao perfil dos participantes e às razões que dificultam a presença de outros grupos.

Por fim, a gestão precisa conciliar atividades organizadas com a utilização cotidiana. Uma programação pública pode favorecer encontros e ampliar o acesso à cultura e ao esporte, mas a praça também deve oferecer possibilidades de descanso, conversa e permanência sem inscrição em uma atividade. Considerar essas práticas

ajuda a preservar a função coletiva do espaço e evita que sua importância seja reconhecida apenas quando há um evento institucional.

## LAZER E SOCIABILIDADE EM EXPERIÊNCIAS DE OUTRAS CIDADES

O lazer constitui uma importante forma de apropriação do espaço público. As atividades realizadas no tempo disponível permitem permanecer no lugar, estabelecer relações de sociabilidade e participar de práticas coletivas. No entanto, o lazer não ocorre da mesma maneira para todos. As rotinas de trabalho, as responsabilidades familiares e as condições de deslocamento interferem nas possibilidades de frequência. Por isso, a disponibilidade de equipamentos precisa ser relacionada às condições sociais de sua utilização.

Tschoke *et al.* (2011) discutem a relação entre forças sociais e uso dos espaços públicos de lazer a partir de atividades do Programa Esporte e Lazer da Cidade vinculadas à Universíade Federal do Paraná (UFPR), realizadas em 2008 e 2009 na região do bairro Uberaba, em Curitiba. As autoras utilizam a analogia do princípio da inércia para analisar a importância das relações sociais, das lideranças e da apropriação. O estudo indica a necessidade de potencializar essas relações para favorecer o uso dos espaços de esporte e lazer.

Essa contribuição ajuda a compreender que a presença de equipamentos, por si só, não produz envolvimento coletivo. A aproximação entre pessoas, a divulgação e a continuidade das atividades podem criar condições para que o espaço passe a integrar novas rotinas. A analogia utilizada pelas autoras destaca os processos e as relações sociais que participam da apropriação.

Nesse sentido, a oferta de atividades pode funcionar como uma forma de aproximação, sobretudo para quem ainda não se sente familiarizado com o lugar. Entretanto, é importante que essa oferta não limite a praça aos participantes de programas específicos. A existência de grupos organizados e a presença de usuários ocasionais podem se complementar, desde que a gestão considere a disponibilidade dos equipamentos e a convivência entre práticas distintas.

Pereira e Bovo (2026) analisam o Bosque Uirapuru, a Praça Dr. Antônio Morais de Barros e o Lago Tucuruvi, em Umuarama. A pesquisa combina discussão bibliográfica e levantamento local, com questionários semiestruturados aplicados a 75 frequentadores. Os autores identificam práticas físicas, recreativas e de lazer e destacam dimensões sociais, culturais, ambientais e simbólicas da apropriação. Sua

conclusão aponta a importância de políticas contínuas de valorização, manutenção e utilização coletiva dos espaços.

O estudo de Umuarama oferece um exemplo de como diferentes espaços podem reunir práticas variadas. Por se tratar de um levantamento localizado, seus resultados contribuem para o debate a partir daquele contexto. A relação com a discussão teórica permite reconhecer aspectos relevantes da apropriação, enquanto a compreensão das práticas em Ituiutaba requer investigação própria.

As experiências externas reforçam uma questão: a utilização dos espaços públicos envolve tanto condições materiais quanto relações que se constroem no cotidiano. A política de lazer pode ampliar possibilidades quando considera essas duas dimensões. Para isso, importa reconhecer a diferença entre oferecer uma atividade e assegurar condições para sua participação. Também importa preservar práticas espontâneas, que fazem parte da vida pública mesmo quando não integram uma programação formal.

## ACESSIBILIDADE E CIDADANIA PARA ALÉM DA ENTRADA NA PRAÇA

A compreensão do espaço público como espaço de cidadania pressupõe considerar que seu acesso e sua utilização não ocorrem de maneira homogênea. Santos (2007) relaciona a cidadania às condições territoriais e à distribuição de bens e serviços, indicando que as possibilidades de acesso dependem também do lugar ocupado pelos sujeitos na cidade. Assim, a distância entre moradia e equipamento, os custos e as condições de deslocamento participam das possibilidades concretas de utilizar os serviços urbanos, o “direito ao entorno”, pois as pessoas precisam reconhecer-se em seus locais de vivência.

Essa discussão permite pensar a praça em relação ao território. Um equipamento pode estar disponível na cidade e ainda ser de difícil acesso para parte da população. Da mesma forma, morar próximo não garante que os horários das atividades sejam compatíveis com o tempo disponível. Portanto, a oferta pública precisa ser considerada junto às condições pelas quais os habitantes conseguem chegar, permanecer e participar.

Serpa (2004) contribui ao discutir a acessibilidade em suas dimensões física e simbólica. A existência de um espaço aberto não significa que todos os grupos tenham as mesmas condições de apropriação. As relações sociais, os códigos de comportamento e os modos de consumo podem participar de formas seletivas de

acesso. Essa contribuição amplia o olhar sobre a praça, permitindo considerar tanto os caminhos e equipamentos quanto a sensação de pertencimento e as relações entre os usuários.

Além das barreiras formais, alguns grupos podem perceber que sua presença não é bem-vinda em determinado espaço. Essa percepção integra a dimensão simbólica da acessibilidade e merece atenção na discussão teórica sobre a convivência entre diferentes sujeitos. A familiaridade de um grupo com o lugar pode influenciar as relações cotidianas e as possibilidades de pertencimento de outros usuários.

A Lei Brasileira de Inclusão define a acessibilidade em relação à utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos e serviços. Também reconhece barreiras urbanísticas, arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais (Brasil, 2015, art. 3º). Essa definição ajuda a compreender que a discussão não se limita à instalação de rampas. Os trajetos, as informações e as relações de atendimento também interferem nas possibilidades de participação.

Para discutir a utilização de uma praça, é importante considerar a continuidade dos caminhos, as travessias, as condições do piso e a ligação entre áreas de circulação e equipamentos. Também entram nessa discussão o descanso, a proteção contra o sol e a disponibilidade de informações sobre atividades e serviços. Esses aspectos precisam ser analisados em conjunto, porque a possibilidade de acessar o local não garante que todas as suas funções possam ser utilizadas.

A cidadania se relaciona, assim, à possibilidade de usufruir do espaço público em condições que respeitem diferenças e necessidades. Amaral e Loboda (2024) destacam que a identidade pautada na cidadania perpassa pela relação direta com o espaço público, da vivência em escala ampla, para além do âmbito da vida privada.

Assim sendo, as políticas públicas podem contribuir quando consideram os grupos que enfrentam maiores dificuldades e quando reconhecem que tratar todos de maneira idêntica nem sempre produz condições equivalentes de acesso. Nesse sentido, acessibilidade e apropriação se aproximam: ambas exigem olhar para a relação concreta entre sujeitos, espaço e decisões de gestão.

## A PRAÇA MÁRIO NATAL GUIMARÃES COMO RECORTE EMPÍRICO

A Praça Mário Natal Guimarães está localizada no bairro Natal, cidade de Ituiutaba (MG), sede do município que registrou 102.217 habitantes no Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022). O espaço em questão reúne o CEU das Artes e

equipamentos esportivos e culturais. Para a discussão aqui desenvolvida, interessa essa reunião de funções, que permite aproximar os conceitos de produção do espaço, lazer e oferta de serviços públicos de uma referência local.

Na Praça Mário Natal Guimarães, atividades organizadas pelo poder público e por instituições locais coexistem com formas espontâneas de ocupação. O espaço recebe eventos, cursos, ensaios e reuniões vinculados à Secretaria Municipal de Educação, além de projetos realizados pela Fundação Cultural em parceria com universidades da cidade e com a Câmara Municipal. Essa diversidade de iniciativas aproxima o exemplo local da discussão sobre gestão, lazer e apropriação desenvolvida neste manuscrito.

A Figura 1 apresenta uma área da praça com equipamento esportivo, bancos, arborização e caminhos de circulação. A imagem permite observar a coexistência de elementos relacionados a diferentes formas de uso e ilustra a materialidade do lugar. Essa organização visível aproxima a discussão sobre equipamentos públicos das possibilidades de circulação, permanência e lazer.

Figura 1 - Área esportiva, bancos e arborização na Praça Mário Natal Guimarães



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

A Figura 2 apresenta a quadra coberta e sua relação com a área externa. O conjunto permite retomar a discussão sobre a articulação entre equipamentos e espaços de circulação e permanência. A cobertura amplia as possibilidades de realização de atividades, enquanto horários, organização e formas de acesso participam das condições de uso. Inclusive, a quadra é utilizada pelos alunos de Escola Municipal Camilo Chaves Júnior, localizada ao lado da praça.

Figura 2 - Quadra esportiva coberta da Praça Mário Natal Guimarães



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Figura 3 - Equipamentos culturais na Praça Mário Natal Guimarães




**Fonte**: Acervo pessoal dos autores.

A Figura 3 apresenta a Fundação Cultural e a Biblioteca Municipal Mário Natal Guimarães, equipamentos que evidenciam a presença de serviços culturais junto aos espaços de lazer. Para os trabalhadores dos serviços, o lugar também integra uma rotina laboral. Para outros usuários, pode ser espaço de esporte, encontro, leitura ou descanso. Essa diversidade ajuda a compreender que a função pública não se limita ao lazer e que o funcionamento institucional participa da produção cotidiana do espaço.

Como exemplo de atividades programadas que ocorrem na praça, podemos citar a realização da festa junina realizada pela Fundação Cultural de Ituiutaba, agregando diversos setores do setor público municipal, como pode ser constatado pela Figura 4.

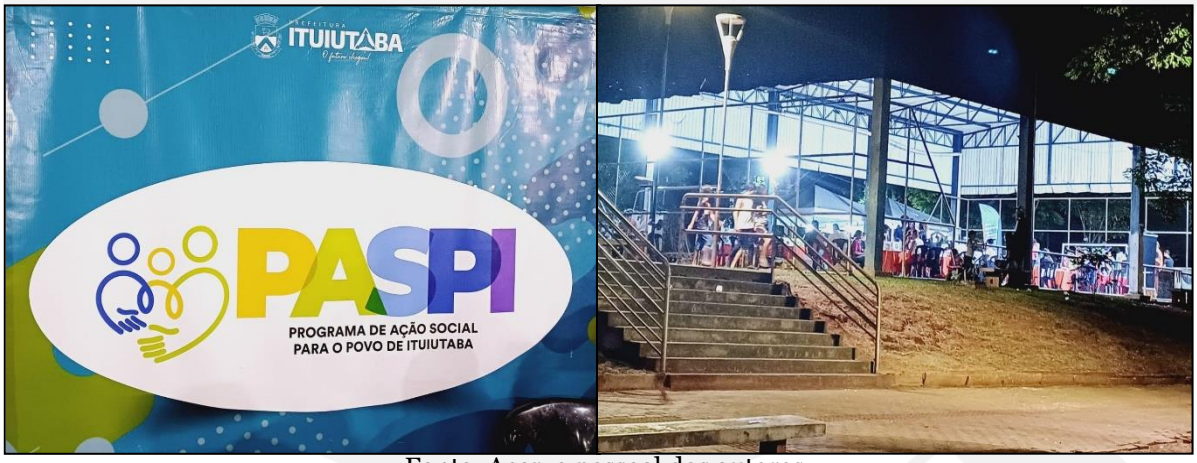
Figura 4 - Festa Junina realizada pela Fundação Cultural na Praça Mário Natal



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Outra atividade realizada na praça foi o evento do Programa de Ação Social para o Povo de Ituiutaba (PASPI). A Figura 5 reúne o banner afixado no local e o registro da quadra durante o evento, no período noturno. As imagens permitem observar a utilização do equipamento público também nesse horário.

Figura 5 - Evento do PASPI na Praça Mário Natal Guimarães: banner e utilização noturna da quadra




Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Enfim, a Praça Mário Natal Guimarães aproxima a discussão teórica de uma configuração local que reúne equipamentos e serviços públicos. Sua abordagem permite relacionar a materialidade observada nas fotografias à importância da continuidade dos serviços e das condições de apropriação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida permite compreender o espaço público como resultado de decisões políticas e de práticas sociais que se relacionam no cotidiano. Sua materialidade é importante, mas não explica sozinha a utilização e os sentidos atribuídos pelos usuários. Ao aproximar produção do espaço e políticas públicas, compreende-se que o planejamento, a gestão e a manutenção participam das condições de realização da vida coletiva.

O lazer e a sociabilidade evidenciam essa relação porque dependem de possibilidades concretas de acesso, tempo disponível e continuidade de uso. As experiências externas mostram a relevância das relações sociais e da atenção à diversidade de práticas. A discussão sobre acessibilidade reforça, por sua vez, que melhorias na infraestrutura não equivalem automaticamente à participação de todos os grupos.

A Praça Mário Natal Guimarães foi utilizada como referência, destacando que a análise dos usos e da gestão poderá ser aprofundada por meio de documentação municipal e ampliação da investigação empírica. Desse modo, intentamos estabelecer uma base conceitual para estudos posteriores sobre a relação entre políticas públicas e apropriação do espaço público.

Enfim, compreender a praça como local de cidadania exige considerar não apenas o que foi construído, mas as condições pelas quais a população pode utilizar, compartilhar e atribuir sentidos ao lugar. A política pública não se encerra na inauguração: sua importância também se expressa na continuidade do funcionamento, no reconhecimento das necessidades dos usuários e nas possibilidades de participação nas decisões sobre o espaço público.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Pedro Henrique Marani; LOBODA, Carlos Roberto. Análise da distribuição dos espaços públicos de lazer em Orlândia – SP. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 15, 2024, p. 566-583. Acesso em: 10 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 15 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Cultura. Como é feito o custeio dos CEUs das Artes? Brasília, DF: **Ministério da Cultura**, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/territorios-da-cultura/ceu-das-artes/como-e-feito-o-custeio. Acesso em: 15 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Cultura. Modelo de estatuto do grupo gestor dos Centros de Artes e Esportes Unificados – CEUs. Brasília, DF: **Ministério da Cultura**, [s.d.a]. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/territorios-da-cultura/programa/ceu-das-artes/anexo_ii_modelo_de_estatuto_de_grupo_gestor.pdf. Acesso em: 15 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural. Brasília, DF: **Ministério da Cultura**, [s.d.b]. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/secretaria-nacional-de-desenvolvimento-cultural. Acesso em: 15 set. 2026.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

IBGE. Ituiutaba. Cidades e Estados. Rio de Janeiro: **IBGE, [s.d.]**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/ituiutaba.html. Acesso em: 15 set. 2026.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOBODA, Carlos Roberto. Espaço público e periferia na cidade contemporânea: entre as necessidades e as possibilidades. **Ra'e Ga: o Espaço Geográfico em Análise**, *[S. l.]*, v. 37, p. 37–64, 2016. DOI: 10.5380/raega.v37i0.40382. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/40382. Acesso em: 15 set. 2026.

LOBODA, Carlos Roberto. Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava-PR. 2008. v, 338 f. **Tese (doutorado)** - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/238c55ad-c0e3-448a-80b2-fc8cd7d50c8f. Acesso em: 15 set. 2026.

LOBODA, Carlos Roberto. Espaço público e práticas socioespaciais: uma articulação necessária para análise dos diferentes usos da cidade. **Caderno Prudentino de Geografia**, *[S. l.]*, v. 1, n. 31, p. 32–54, 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7439. Acesso em: 23 set. 2026.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 265-291, 2009. DOI: https://doi.org/10.12957/epp.2009.9102. Acesso em: 15 set. 2026.

PEREIRA, Danilo Cesar; BOVO, Marcos Clair. Apropriação dos espaços públicos de Umuarama-PR: análise e diagnóstico. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 24, n. 1, p. 153-187, 2026. DOI: https://doi.org/10.46551/rc24482692202607. Acesso em: 15 set. 2026.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. GEOUSP – **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 15, p. 21-37, 2004. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2004.123865. Acesso em: 15 set. 2026.

SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. GEOUSP – **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, p. 93-111, 2006. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2006.73992. Acesso em: 15 set. 2026.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003. Acesso em: 15 set. 2026.

TSCHOKE, Aline; RECHIA, Simone; SANTOS, Karine do Rocio Vieira dos; VIEIRA, Flavia Gonzaga Lopes; MORO, Luize. As experiências no âmbito do lazer e o princípio da inércia: uma analogia para pensar sobre os fatores que influenciam a apropriação dos espaços públicos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 117-136, 2011. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-8918.15759. Acesso em: 15 set. 2026.